

AVISO Nº4/2020
ESTAGIOS PEPAL – 6ª EDIÇÃO 2.ª FASE

Torna-se público, nos termos do n.º 1 do artº6.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 06/11, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10/04 conjugado com o estabelecido no artº3.º da Portaria n.º114/2019, de 15/04, que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na página eletrónica do Município de Arganil, o procedimento de recrutamento e seleção de estagiário no âmbito da 6.ª edição – 2.ª fase do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nos seguintes termos:

1. Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 166/2014, de 06/11, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10/04, que estabelece o regime jurídico do PEPAL; Portaria n.º 114/2019, de 15/04, que regulamenta o PEPAL; Portaria n.º 256/2014, de 10/12, que fixa o montante mensal da bolsa de estágio no âmbito do PEPAL; Portaria n.º 142/2019, de 14/05, que fixa o número máximo de estágios na 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL; Despacho nº 8035/2019, de 11/09, que distribui pelas entidades promotoras o contingente de estágios da 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL.

2. Oferta de estágio: Tendo em conta os estágios atribuídos no mapa anexo ao Despacho nº 8035/2019, de 11/09, a oferta de estágio é a seguinte:

Nº de estágios	Nível de qualificação	Habilitações Académicas	Local do estágio
1	6	Licenciatura na área de Ambiente	Divisão de Gestão Urbanística – Ambiente e Saúde

3. Plano do estágio: A cada estágio corresponde um plano, definido pelo orientador, designado através do despacho nº34/DAGF/2019 proferido em 26/09/2019 pelo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, em que constam os objetivos e as competências a atingir pelo estagiário, bem como as atividades a desenvolver por quadrimestre, documento disponível no serviço municipal de recursos humanos e que poderá ser consultado pelos interessados. Do plano em questão destacam-se as seguintes atividades a desenvolver pelo estagiário:

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, tais como elaboração de estudos, cadastro de equipamentos e tratamento dos dados em ambiente de sistema de informação geográfica, ações de sensibilização/educação ambiental e acompanhamento da implementação de sistemas de recolha de resíduos que fundamentam e preparam a decisão nas áreas de gestão de resíduos e preservação do ambiente;

Elaboração, apoiada pelo tutor ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade e execução de atividades de apoio geral ou especializado na área do ambiente;

Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, tais como a implementação do sistema de recolha seletiva porta-a-porta de resíduos valorizáveis em Arganil.

4. Destinatários: Para além das habilitações académicas descritas no ponto 2 deste aviso, os candidatos devem estar inscritos nos serviços de emprego do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP, I.P.), na qualidade de desempregados.

Nos termos do nº2 do artº4º do Decreto-Lei nº166/2014, de 06/11 e após autorização da Direção Geral das Autarquias Locais proferida em 04/11/2020, é dispensado o requisito de idade previsto no artigo anteriormente citado, ou seja os 30 anos de idade ou 35 anos para indivíduos portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

5. Candidatos portadores de deficiência com um grau de incapacidade superior a 60%: Não estão atribuídos a esta entidade lugares de estágio reservados a deficientes, no mapa anexo ao Despacho nº 8035/2019, de 11/09.

Nos termos do n.º 5 do artº9.º da Portaria n.º 114/2019, de 15/04, os candidatos portadores de deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% têm preferência em caso de igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

6. Local de realização dos estágio: Município de Arganil

7. Duração do estágio: 12 meses não prorrogáveis.

8. Remuneração e outros apoios:

- Bolsa de formação mensal de montante correspondente ao nível de qualificação 6 no valor correspondente a 724,04€;
- Subsídio de refeição de valor correspondente ao praticado para a generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas (4,77€/ dia útil);
- Seguro que cubra os riscos de eventualidades que possam ocorrer durante e por causa das atividades do estágio.

9. Seleção de estagiário:

Os métodos de seleção a aplicar no presente procedimento de seleção serão a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista Individual (EI).

9.1. Avaliação Curricular (AC)

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 114/2019, de 15/04, a avaliação curricular visa considerar e ponderar os elementos considerados de maior relevância na qualificação do candidato relativamente à área do estágio para o qual se candidata, devidamente comprovados, considerando-se os seguintes fatores, a valorar numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas:

$$AC = [HA + (2CF) + (2FP) + (3EP)] / 8$$

Em que:

a) Habilitação académica (HA):

- Licenciatura – 18 valores;
- Habilitações superiores a Licenciatura – 20 valores.

b) Classificação final obtida (CO):

- A considerar a classificação final obtida na licenciatura exigida.

c) Formação profissional (FP):

Consideram-se as iniciativas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as áreas específicas dos estágios, desde que devidamente comprovadas (nos certificados em que não conste a duração da formação, essa iniciativa será valorada com 0,5 valores):

- Sem iniciativas de formação profissional: 5 valores;
- Iniciativas formativas com duração inferior ou igual a 14 horas: 0,5 valores cada a acrescer à base de 5 valores;
- Iniciativas formativas com duração compreendida entre 15 e 35 horas: 1 valor cada a acrescer à base de 5 valores;
- Iniciativas formativas com duração superior a 35 horas: 2 valores cada a acrescer à base de 5 valores.

d) Experiência profissional (EP):

- Sem experiência profissional: 10 valores;
- Experiência profissional até 1 ano: 11 valores;
- Experiência profissional compreendida entre 1 e 3 anos: 15 valores;
- Experiência profissional superior a 3 anos: 20 valores.

9.2. Entrevista Individual (EI) – A entrevista individual visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o Júri e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com os seguintes parâmetros:

- Expressão e Comunicação;
- Motivação e Interesse Profissional;
- Qualidade e Valorização da Experiência Profissional;
- Relacionamento Interpessoal e Atitude.

A cada entrevista individual, com a duração aproximada de trinta minutos, corresponderá uma ficha contendo o resumo dos temas abordados, a classificação obtida em cada um dos parâmetros de avaliação e respetiva fundamentação. Os parâmetros da entrevista individual são avaliados segundo os níveis classificativos de *Elevado*, *Bom*, *Suficiente*, *Reduzido* e *Insuficiente*, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final do método de seleção é obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar e utiliza a escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas.

A falta de comparência dos candidatos à entrevista individual e ou a obtenção de classificação inferior a 09,50 valores no método de seleção equivale à não aprovação/exclusão do procedimento.

9.3. Classificação Final

A classificação final será expressa de acordo com a seguinte fórmula: $CF = AC (30\%) + EI (70\%)$

É excluído do procedimento de avaliação o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer um dos métodos de seleção.

9.4. Preferência aos candidatos residentes na área do município

Em caso de igualdade de valoração final têm preferência os candidatos residentes na área do Concelho de Arganil.

10. Formalização de candidatura

As candidaturas devem ser formalizadas, dentro do prazo estabelecido para o efeito, em suporte de papel, através do preenchimento integral do formulário de candidatura ao PEPAL – 6ª edição, de utilização obrigatória e disponível no serviço municipal de recursos humanos, em www.cm-arganil.pt e em www.portalautarquico.pt, endereçado ao Presidente do Município de Arganil, DAGF RH – 6ª edição PEPAL, Apartado 10, 3304-954 Arganil, podendo também ser apresentadas pessoalmente, todos os dias úteis, das 09:00h às 12h30m e das 14:00h às 16:00h, no serviço municipal de recursos humanos, ou remetido pelo correio, registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado para apresentação da candidatura. Não serão consideradas as candidaturas efetuadas em suporte eletrónico.

O formulário de candidatura, devidamente assinado e datado, deve ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão do procedimento:

- Curriculum Vitae;
- Declaração da Segurança Social da qual conste o registo de remunerações do candidato, ou da sua não existência (com indicação do código de atividade a que respeitam as remunerações, caso existam);
- Cópia do certificado da licenciatura em que conste a sua classificação final;
- Cópia de certificados de habilitação pós-licenciatura, se existirem;
- Cópia dos documentos que comprovem a formação profissional detida pelo candidato em que conste a respetiva duração em horas ou no caso de ações de muito curta duração como seminários e afins, a data de realização;
- Cópia dos documentos que comprovem a experiência profissional detida pelo candidato em que conste a sua duração;
- Cópia de documento comprovativo da incapacidade igual ou superior a 60%, quando aplicável.

A não apresentação ou a não comprovação dos requisitos bem como a prestação de informações falsas constituem motivo de exclusão da edição do PEPAL.

11. Prazo de formalização da candidatura: As candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 15 dias úteis a contar da publicitação do presente aviso na página eletrónica do Município de Arganil, ou seja de **12/11/2020 a 03/12/2020**.

12. Prazo de validade do procedimento

O procedimento para o preenchimento do lugar de estágio cessa, para este efeito, 30 dias após o início do respetivo estágio.

13. Constituição do júri:

Presidente: Ana Rita das Neves Oliveira, Técnica Superior (Ambiente – Divisão de Gestão Urbanística);

1º Vogal Eletivo: Abel José Fernandes Simões, Técnico Superior (Engenharia Florestal – Divisão de Desenvolvimento Económico e Social);

2º Vogal Eletivo: Marcelo Luís Fernandes Pimentel, Técnico Superior (Engenharia Civil – Unidade da Administração Direta);

Vogais suplentes: José Alberto dos Santos Castanheira, Chefe da Unidade de Administração Direta e Carla Sofia Bandeira Neves, Técnica Superior (Engenharia civil – Divisão de Gestão Urbanística).

O Primeiro Vogal Eletivo do Júri substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

14. Notificações e publicitação de resultados: Os candidatos serão notificados sobre a sua admissão/exclusão do procedimento bem, como sobre o seu posicionamento na ordenação final para a morada ou para o endereço eletrónico indicados no formulário de candidatura. Os resultados intercalares e da ordenação final de candidatos são publicitados na página eletrónica municipal.

15. Informações complementares: através do contato telefónico 235 200 156 ou pelo correio eletrónico recursos.humanos@cm-arganil.pt.

Município de Arganil,